

## POSIÇÃO DO BRASIL EM FACE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

OSWALDO BENJAMIM DE AZEVEDO

O Sr. OSWALDO BENJAMIM DE AZEVEDO, sócio cooperador da A.G.B. (Seção Regional do Rio de Janeiro), por força de sua profissão, é um estudioso de assuntos econômicos e, em particular, dos que se referem ao comércio nacional e mundial. No presente trabalho, após estudar as grandes características do comércio internacional e os maiores mercados regionais da atualidade, focaliza a posição do Brasil, sua política cambial e os grandes mercados com os quais mantemos relações.

**Panorama do comércio mundial.** — O intercâmbio comercial do mundo foi estimado, em 1958, em cerca de 224 bilhões de dólares, sendo 114 bilhões a parte de importação e 110 bilhões a de exportação.

Mais de 51% desse intercâmbio foi feito pelos países europeus com suas colônias, protetorados e nações a eles ligados por acordos políticos e econômicos.

O hemisfério americano ocupa o segundo lugar no intercâmbio mundial com cerca de 28% do total, vindo a seguir a área soviética com 12% e outros países com 9%.

No hemisfério americano, predomina o dólar como moeda padrão (28%) e, na Comunidade Britânica (21%), a libra esterlina, de modo que cerca de 49% do intercâmbio é feito tendo essas duas moedas como base.

**Os mercados regionais.** — Pelo Tratado de Roma, assinado em princípios de 1959, foi criada a *Comunidade Econômica Européia*, composta da Alemanha Ocidental, da Bélgica, da França, da Holanda, da Itália e do Luxemburgo, organização que tem por fim estabelecer e supervisionar o "Mercado Comum" ou seja a "união alfandegária entre aqueles países".

A experiência dos primeiros meses de atividades demonstrou que não se podia realizar um mercado comum geral para todos os produtos sem se fazer uma união monetária, pois tornou-se evidente que a livre circulação das mercadorias devia ser acompanhada da livre circulação da moeda.

Foi feito, então, um acôrdo entre aquêles 6 países do "Mercado Comum", e a Grã Bretanha, a Dinamarca, a Suíça, a Suécia, a Noruega, a Áustria e Portugal, pelo qual tornaram suas moedas de livre conversibilidade para o efeito de comércio com os demais mercados mundiais. Êstes sete países estão negociando um tratado para a redução de tarifas alfandegárias e eliminação de outras restrições, além de iniciarem a negociação de acôrdos bilaterais com os países de "Mercado Comum".

Temos, pois, dentro da Europa Ocidental, dois grandes grupos:

- 1 — O MERCADO COMUM, composto da Alemanha Ocidental, da Bélgica, da França, da Holanda, da Itália e do Luxemburgo.
- 2 — O GRUPO DOS SETE, composto da Áustria, da Dinamarca, do Reino Unido da Grã Bretanha, da Noruega, de Portugal, da Suécia e da Suíça.

O primeiro grupo, o *Mercado Comum Europeu*, liderado pela Alemanha Ocidental, é um mercado mais concentrado e composto de países mais adiantados na industrialização, proporcionando um intercâmbio estimado em mais de 20% do comércio mundial e mais ativo que o do segundo.

O *Grupo dos Sete*, que tem na vanguarda o Reino Unido da Grã Bretanha, é mais heterogêneo e realiza um intercâmbio estimado em cêrca de 16% do Comércio Mundial. Se, entretanto, adicionarmos as colônias e protetorados e os países da área da libra esterlina, teremos o total de 20% para o GRUPO DOS SETE e o total de 32% para o grupo do MERCADO COMUM, com a diferença de que no GRUPO DOS SETE predominam as matérias primas e gêneros alimentícios e no MERCADO COMUM os produtos industriais.

Êsses dois grupos europeus somam 52% do comércio mundial, que com os 28% do hemisfério americano, totalizam 80% do comércio mundial, fazendo transações em dólares, em libras esterlinas ou em outras moedas conversíveis.

Restam 20%, dos quais 12% são da *Área Soviética*, negociando em moedas diversas, quase sempre na base de convênios.

Lideram o Comércio Mundial os Estados Unidos com mais de 14%, seguido da Grã Bretanha com 9%, da Alemanha Ocidental com 7%, do Canadá com 5%, da França com 4,8%, da URSS com 3,9%.

**Posição do Brasil no comércio mundial.** — O Brasil contribuiu, em 1958, somente com 1,2%, quando em 1951 sua participação foi de cerca de 2.2%.

Enquanto o comércio mundial evoluiu em 25% naqueles 7 anos, o Brasil regrediu em 31% nas suas transações com os demais países.

Perdeu a liderança na América Latina para a Venezuela, que teve seu comércio aumentado em mais de 85% entre 1951 e 1958. A Venezuela figura em segundo lugar entre os países que mais progrediram ultimamente.

A Alemanha Ocidental coube, porém, a vanguarda, com um aumento record de 134% em seu comércio, no período 1951/1958.

Os Estados Unidos e a França elevaram suas transações comerciais em 18%; a Grã Bretanha somente em 8%, cabendo ao Japão, com 77%, a liderança na Ásia.

A Europa Continental, em seu conjunto, teve um acréscimo de 50%, ao passo que a América Latina somente aumentou o comércio em 7% naquele período (1951-1958).

O México, após a Venezuela, foi o que mais elevou o intercâmbio na América, com 29%.

Figurávamos em 12.º lugar no intercâmbio mundial em 1951, e passamos para o 17.º lugar em 1958. Isto demonstra que não estamos seguindo uma política comercial adequada às circunstâncias.

Fazendo um ligeiro retrospecto da política cambial seguida nos últimos 30 anos, melhor poderemos compreender o problema.

#### **A nossa Política Cambial: marchas e contra-marchas.** —

No período governamental anterior a 1930, tivemos uma moeda estável, com o dólar oscilando no mercado livre em tóno. de Cr\$ 8,00. Não havia Câmbio Oficial.

O Contrôlo Oficial surgiu após a Revolução de 1930, com tendências para a liberação em 1934, quando tivemos novamente câmbio livre, sendo o dólar cotado a cerca de Cr\$ 14,84.

Subiu a Cr\$ 17,30 no biênio seguinte (1935/36), baixando a Cr\$ 16,00 em 1937.

Novo regime em 1938, com o monopólio de câmbio através do Banco do Brasil, com o Câmbio Oficial em tórno de Cr\$ 17,62.

Nos dez anos decorridos, de 1928 a 1938, sofreu o "mil réis" uma desvalorização de 71%.

Três mercados de câmbio foram instituídos em 1939: o *oficial*, o *livre-especial* e o *livre*, passando a importação a ser feita pelo câmbio livre e as remessas de capitais pelo livre-especial.

Vem a II Grande Guerra e novas restrições são feitas às operações de câmbio.

Em 1946, foram extintos os mercados *livre* e *livre-especial* e novas medidas restritivas foram tomadas a partir de 1947.

Em 1948, foi feita a declaração de paridade do cruzeiro ao Fundo Monetário Internacional; instituído o regime de licença prévia para a importação e o recrudescimento do bilateralismo monetário, através de negociações de acôrdos comerciais e de pagamento.

Em 1949, foi centralizado no Banco do Brasil a distribuição por todo o território nacional das coberturas em moedas arbitráveis, bem como foi dado maior estímulo às operações vinculadas e contração drástica das importações da área do dólar.

Em 1951, foram suspensas as importações vinculadas e, como havia posição favorável dos preços de café, cacau, milho pinho e algodão, houve abrandamento das restrições às importações a fim de atenuar os efeitos de uma possível interrupção de comércio, conseqüente à esperada generalização do conflito coreano.

Verificam-se, assim, as marchas e contra-marchas no sistema cambial ocorridas nesse período, demonstrando não haver programa governamental, a longo têrmo, e, sim, planos a curto prazo, de acôrdo com as idéias dos homens que, momentaneamente, ocupavam o Ministério da Fazenda, a Presidência do Banco do Brasil ou a Carteira de Câmbio.

Do ponto de vista de "mais divisas para o Brasil" foram os anos de 1950 a 1952 os melhores, pois exportamos, por ano, em média, acima de 1 500 milhões de dólares, quando, no triênio anterior (1947/49), que tinha sido o melhor até então, a média havia sido de pouco mais 1 100 milhões de dólares, por ano.

O ano de 1951 está com o seu lugar assegurado na história do comércio do Brasil, como o ano "record" em todos os sentidos, tanto no comércio externo como no intercâmbio interno, pois, no triênio 1950/52, em que o sistema de compensação foi adotado, tôdas as regiões do país sentiram as vantagens da expansão da exportação através das atividades do comércio interno, estimulado pela diversificação dos produtos exportados.

Foi também, nesse ano (1951), que a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (C. E. X. I. M.), então sob a direção do Dr. Luiz Simões Lopes, estimulou a industrialização do país através de licenças especiais para instalações de novas indústrias.

O ano de 1953 também terá o seu registro na história, com a volta do câmbio livre em janeiro; a instituição do sistema de importações através de leilões de moedas em outubro; e a extinção da C. E. X. I. M., que foi substituída pela C. A. C. E. X., em dezembro.

Marca uma linha divisória entre dois sistemas distintos em nossa Política Cambial.

O dólar, no câmbio livre, tem tido seu valor duplicado cada 3 anos, passando de *Cr\$ 41,00* em princípios de 1953, a *Cr\$ 84,00* em meados de 1956, e a *Cr\$ 200,00* em fins de 1959, apesar das constantes intervenções governamentais no sentido de impedir sua alta.

O ex-Ministro da Fazenda, Dr. Joaquim Murтинho, dizia, em seu relatório, no fim do século passado, que o papel-moeda em circulação fazia pressão sobre o câmbio, pois representava o poder de compra de mercado consumidor desejoso de adquirir divisas produzidas pela exportação. Essa regra, aplicada em média em 1959, dá um valor de *Cr\$ 100,00* por dólar. Esta taxa representa o câmbio de custo!

Se, ao invés de tomarmos por base o papel-moeda em circulação, fizermos o cálculo com a média da "moeda escritural", encontraremos cerca de *Cr\$ 210,00* por dólar, ou seja o câmbio livre.

O câmbio livre sofre intervenções governamentais, e se fôsse realmente livre o dólar deveria estar em torno de *Cr\$ 280,00*, o que corresponderia ao cálculo de Murтинho, tomando por base o total dos meios de pagamento em meados de 1959.

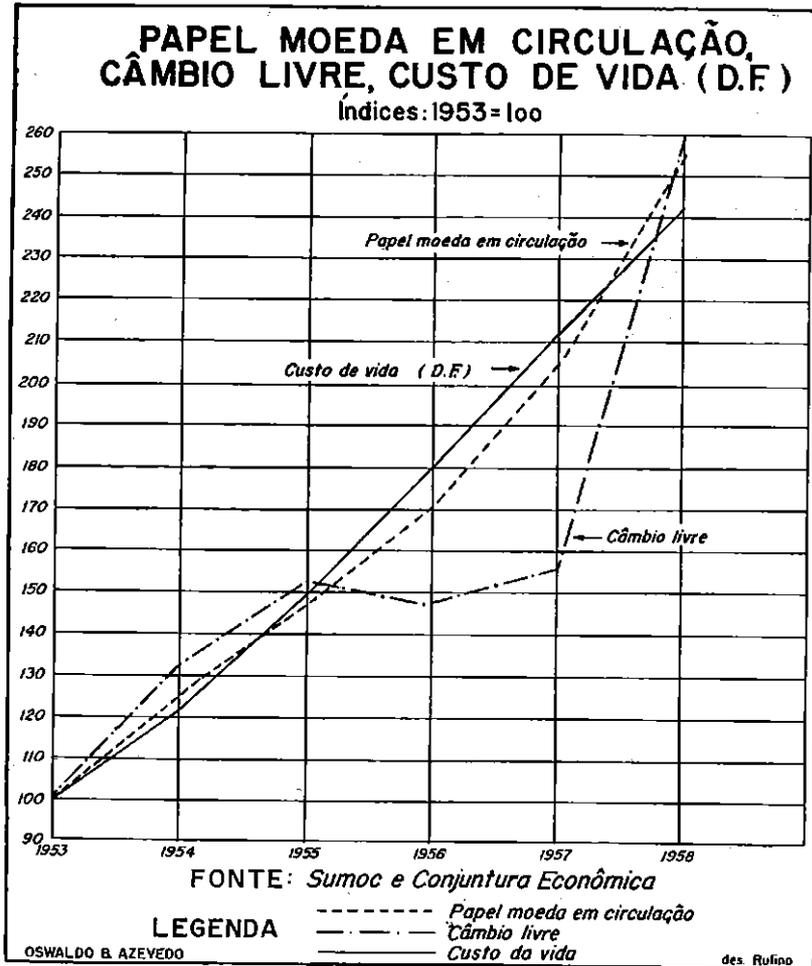
É evidente que os tempos hoje são outros e que os fatores que influem no intercâmbio comercial com o mundo são muito diferentes dos que atuavam ao tempo de Murтинho. Que a regra de Murтинho, porém, tem sua aplicação dentro de certos limites, não há a menor dúvida!

É interessante ainda notar a coincidência que existe entre o crescimento do índice do custo de vida (242), do papel-moeda (254) e do câmbio livre (257), se tomarmos o ano de 1953 igual a 100, e compararmos com o ano de 1958 (Veja o gráfico).

Embora o câmbio livre não seja inteiramente livre, pois sofre as manipulações governamentais, é, como bem disse o Deputado Daniel Faraco, o "termômetro" que registra a "temperatura", e, neste caso, reflete os desequilíbrios das finanças públicas e da balança de pagamentos.

O nosso sistema atual de controle é tido como um dos mais complexos do mundo.

Somente aqueles que vivem o problema de importação ou de exportação podem dizer como é difícil passar pela Alfândega sem se aborrecer, ou exportar em condições favoráveis, dentro dos preços dos mercados internacionais.



Os preços de importação foram multiplicados por dez ou vinte, com o sistema de leilão, e as tarifas aduaneiras elevadas de 4% a 150%, conforme o caso.

Pouca gente sabe que, numa importação normal, entram no cálculo seis taxas diferentes para o mesmo dólar:

*Cr\$ por dólar*

- 18,92 — Câmbio Oficial
- ± 190,00 — Ágio Categoria Geral
- 174,00 — Dólar Fiscal Aduaneiro
- 220,61 — Dólar para Imposto de Consumo
- 148,00 — Dólar para Taxa de Marinha Mercante
- ± 200,00 — Câmbio Livre para fretes

E, após êsses cálculos, o dólar custo-armazém varia de 250,00 a 550,00 cruzeiros, conforme a categoria e os impostos pagos.

Com essas restrições e dificuldades, surgem os contrabandos e os negócios ilegais de tôda sorte, deixando aquêles que seguem as leis em dificuldades para concorrer em preços com as mercadorias entradas no país por "outros métodos"...

Após a entrada dêste sistema em vigor, o total da exportação em dólares foi sendo reduzido em cada ano para atingir ao nível mais baixo dos últimos anos, em 1958, com 1.243 milhões de dólares, representando uma redução de 357 milhões de dólares em relação à média 1951/53 (menos 22%).

O país aumentou seus compromissos financeiros e não somente não elevou sua exportação, como reduziu a parte exportada em moedas conversíveis; e êsse desequilíbrio explica, em parte, o "deficit" no Balanço de Pagamentos.

O plano cognominado "Oswaldo Aranha" falhou, por outro lado, por não ter sido dado ênfase ao fomento e financiamento de produção agrícola, como foi prometido, pois os Ágios foram desviados para cobrir "deficits" do Orçamento Federal.

É estranho o tratamento dado à agricultura em nosso país, pois é com os seus produtos que construímos esta nação e será ainda por algum tempo com as divisas produzidas pelo Café, Cacau, Algodão e outros, que conseguiremos manter nossos compromissos internacionais.

Estranhamos êsse tratamento, pois ao invés de estimular a produção, vivem as autoridades a afugentar o produtor com controles de preços, falhando nos auxílios governamentais e desmantelando o Ministério da Agricultura.

Ainda agora, nos cortes de economia no Orçamento de 1960, foi o Ministério da Agricultura um dos mais sacrificados, embora seja êle realmente o Ministério da Produção.

Estimulam a exportação e logo a seguir a proibem, bastando que alguém interessado diga estar sendo prejudicado em seus negócios.

Não seria o caso de estimular a produção para que possa aumentar a exportação sem prejuízo do mercado interno?

Não, o regime aqui adotado é sempre o de 8 ou 80, sendo o meio-térmo geralmente desprezado.

O fato é que o atual Sistema Cambial, que foi recebido em 1953 com aplausos, pois indicava uma nova orientação governamental no sentido de uma relativa liberdade de comércio, precisa ser mudado.

Sua permanência por mais de seis anos está se tornando prejudicial, pois os fatos demonstram que desde 1953 houve o seguinte:

- a) exportação menor em divisas, embora em maior volume;
- b) preços unitários menores em nossos produtos de exportação e, em consequência, deficiência na relação de trocas;
- c) encarecimento exagerado dos preços de importação em cruzeiros, influenciando nos custos de obras, nos custos de produção e, em consequência, nos orçamentos particulares e governamentais;
- d) diminuição da participação do Brasil no intercâmbio mundial;
- e) descapitalização das empresas, devido aos exagerados preços de reposição e de manutenção;
- f) melhoria na exportação de alguns produtos, mas que não compensa a queda verificada na exportação dos principais.

Assim, entre os prós e os contras, do ponto de vista do interesse do país, o sistema não mais oferece vantagens, e deve ser modificado para que sigamos as sugestões do Conselho Nacional de Economia, que preconiza a unificação de taxas de câmbio.

Segundo aquelas sugestões, o câmbio livre deveria oscilar em torno do ágio da Categoria Geral, e isto já foi conseguido com a transferência da maior parte dos produtos de exportação para o câmbio livre, em contrapartida da transferência também das despesas de fretes e seguros para o livre.

A média no mês de Dezembro último foi de dólar a Cr\$ 203,00 no Câmbio Livre e de Cr\$ 208,00 para o dólar americano na Categoria Geral.

Não ficaremos surpresos, pois, se uma reforma cambial mais radical fôr feita, súbitamente, num fim de semana, como geralmente ocorre quando as autoridades monetárias desejam fazer suas modificações... uma vez que tudo indica que os pareceres do Conselho Nacional de Economia não estão sendo, de todo, desprezados.

**Mercados para os produtos do Brasil.** — O principal intercâmbio do Brasil é mantido com os países da América, sendo que 44% da exportação de 1958 foram com destino aos Estados Unidos e ao Canadá, de onde recebemos 37% de produtos importados.

Com a América Latina, mantemos uma exportação de 12% contra uma importação de 18%.

Assim, mais de metade de nosso intercâmbio (55%) é feito com os países do hemisfério americano, cabendo à Europa Ocidental o segundo lugar com um terço, restando 12% para os países da Europa Oriental, da Ásia, da África e da Oceânia.

Nos *Estados Unidos* e no *Canadá* encontra o Brasil o seu melhor mercado para o minério de manganês (98,7%), xilita (98,5%), fécula de mandioca (96,4%), mentol (70,9%), cêra de carnaúba (68,6%), torta de cacau (63,2%), óleo de mamona (63%), café (60,9%), cacau em pasta (56,1%), óleo de oiticica (55,8%) minério de ferro (50,2%), castanha do Pará (48,6%), sisal (47,5%), carne de boi enlatada (46,9%), cacau (45,4%), peles e couros (40,1%) e mamona (36,6%). Esses dezessete produtos são exportados com aquele destino em proporções variando entre 36% e 99% do total (ano 1957). São os produtos que mais dólares fortes produzem em nosso balanço comercial.

O *Mercado Comum Europeu* consome carne de boi congelada (48,2%), laranjas (47,4%), fumo em fôlha (45,4%), cacau em pasta (42,1%), mamona (35,7%), sisal (33,4%), cacau em amêndoas (29,9%), castanha do Pará para extração de óleo (25,4%), manteiga de cacau (24,2%) e óleo de mamona (20,9%), em proporções variando entre 20% e 49% do total (ano 1957).

Para o *Grupo dos Sete*, exporta o Brasil castanha do Pará para extração de óleo (47,5%), essência de pau-rosa (44,4%), manteiga de cacau (41,3%), castanhas do Pará comestíveis (40,9%), laranjas (39,6%), açúcar Demerara (39,9%), sendo as proporções desses seis produtos de 39% a 48% (ano 1957).

Na *América Latina*, encontra o Brasil seu melhor mercado para erva-mate (100%), banana (95,5%), abacaxis (95,4%) e pinho (75%), em proporções variando de 75% a 100%.

A *Operação Pan-Americana* tem a sua razão de ser, desde que abranja o hemisfério americano no seu todo. Não acreditamos num "Mercado Regional" para a América Latina, pois os países desta região são, de certo modo, exportadores dos mesmos gêneros alimentícios e matérias primas e, assim, são concorrentes.

Para que haja vantagens é preciso que do mesmo mercado façam parte produtores de matéria prima, de gêneros alimentícios e de produtos industriais, como acontece no *Mercado Comum Europeu* e no outro mercado europeu formado pelo *Grupo dos Sete*.

Assim um "Mercado Comum do Hemisfério Americano" é viável, embora envolva problemas bastante complexos antes de sua concretização.

Finalmente, na *Área Soviética* coloca o Brasil peles e couros (24,4%), algodão em rama (13%), cacau (10,1%), minério de ferro (7,9%), carne de boi congelada (5,2%) e café (0,5%), em proporções de meio por cento para o café até 25% para peles e couros (ano 1957).

O exame de nossas estatísticas demonstra que, com exceção de algodão em rama, cacau, peles e couros, mais de 90% de nossos

produtos de exportação são colocados na América e na Europa Ocidental, mercados tradicionais que devemos preservar a todo custo.

Somente com planos a longo termo, de fomento à produção com facilidades de financiamento, transportes e armazenamento poderá nossa agricultura evoluir de modo a atender às necessidades dos mercados interno e externo.

O surto industrial dos últimos anos contribuirá, em muito, para elevar o Brasil no concerto das nações, porém, mais forte tornará ainda nossa economia se o ritmo industrial for acompanhado de um maior incremento à agricultura, que ainda é o fator primordial de nosso comércio exterior, única fonte de divisas com que podemos contar em futuro próximo.

**Repercussões prováveis dos mercados regionais em nossa exportação.** — A formação de mercados regionais na Europa se, por um lado, nos beneficiará do ponto de vista de importação, representará um grave perigo à exportação, pois uma de suas finalidades é desenvolver os países da África, Ásia e Oceânia ligados aos europeus.

Nossos produtos encontram, nos últimos continentes, os seus maiores competidores, principalmente nas colônias e protetorados ingleses, franceses e belgas, que terão acesso aos mercados europeus sem qualquer barreira de quotas ou alfandegárias.

Por exemplo: os países produtores de café, cacau, fumo, bananas e açúcar, como é o caso do Brasil, sofrerão grandes concorrências das colônias, uma vez que estão previstas tarifas para 1970/1973, para produtos de outras origens, na base "ad-valorem" de 9% para cacau, 16% para o café, 20% para as bananas, 80% para o açúcar e 30% para o fumo.

**Conclusão.** — Essa previsão de aumento de tarifas para entrar em vigor a partir de 1970 representa, para nós, um sinal de grande alarme, pois indica, de certo modo, o desenvolvimento que pretendem obter nas colônias e protetorados, após 10 anos de aplicação dos seus planos.

E nós não podemos continuar de braços cruzados a assistir, indiferentes, ao desenrolar de um drama em que também somos partes integrantes e das mais interessadas, uma vez que nosso futuro está em perigo.

Precisamos acabar com as medidas de improviso, de resultados a curto prazo, com os "provisórios" que se tornam "permanentes", com programas individuais de cada ministro, ao invés de programa de governo como um todo; enfim, com o "imediatismo"

— e passarmos a agir conscientemente dentro de um plano a longo t rino e que possa ter continuidade durante, não são um quinqu nio, mas que se estenda a vários quinqu nios.

Devemos dar nosso ap io, àqueles que se propõem a executar planos em que sejam dados, paralelamente, incentivos   agricultura e   indústria, tendo como objetivo principal o interêsse do Brasil e, não, o interêsse de políticos ou de regiões e nem a satisfa o de vaidades pessoais de quem quer que seja.

